


ECOECO



B O L E T I M

Boletim Quadrimestral informativo da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica - ECO-ECO

Contato: Secretaria da ECOECO (Neusa)
Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAM / UNICAMP
Rua dos Flamboyants, 155
CEP 13084-867 - Campinas - SP
Número 10

<http://www.eco.unicamp.br/ecoeco>
E-mail: ecoeco@nepam.unicamp.br
Fone: (0XX19)3788-7631
Fax: (0XX19)3788-7690
Ano 2002

Caros sócios,

Após o nosso IV Encontro ao final de novembro de 2001 em Belém-PA, com ânimos renovados, iniciamos o mandato de gestão da ECOECO do biênio 2002-03. Nos primeiros meses deste ano nos dedicamos a ações regularizadoras e de busca de apoio institucional para garantir o funcionamento adequado da entidade, tais como:

✓ Acertos contábeis: relatórios de prestação de contas do IV ECOECO, balanço da contabilidade 2001, declaração de imposto de renda etc.

✓ Documentação para registro em cartório da nova Diretoria e Conselho.

✓ Negociações relacionadas à sede e homepage. No que se refere à sede, a Direção do Instituto de Economia da UNICAMP, alegando problemas de espaço físico, solicitou a nossa saída do Instituto, assim como o fez com outras entidades que aí se encontravam abrigadas.

Acabamos nos transferindo para o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da UNICAMP, onde tivemos uma simpática acolhida por parte da Direção, a despeito das evidentes dificuldades de espaço físico que este Núcleo enfrenta. O apoio que nos foi oferecido pelo NEPAM compreende, entre outros: mesa, computador, armário, linha telefônica e fax de uso comum, serviços de correio e mensageiro para serviços internos na universidade, sala para reuniões. A Secretária Neusa Maria Trevizan, que já vinha prestando serviços ao pessoal do NEPAM, está também servindo à ECOECO em três dias na semana (segunda, quarta e sexta-feira).

Quanto à nossa homepage, encontramos algumas dificuldades para sua transferência para o site do NEPAM, em razão de problemas de inadequação de linguagem. Isto nos levou a buscar alternativas e, finalmente, acabamos de acertar com o NUCA do Instituto de Economia da UFRJ, que irá hospedar e nos oferecer apoio para a atualização e gerenciamento da nossa página. Em breve estaremos apresentando a nossa nova página.

Em meio a essa fase de transição, ocorreram dois eventos importantes para a ECOECO:

✓ Conferência Bial da International Society for Ecological Economics (ISEE), em Sousse, Tunísia, 6-9 de março de 2002. Apesar das dificuldades de obtenção de apoio financeiro enfrentadas por colegas brasileiros, que já estavam com os seus artigos aprovados mas não puderam comparecer ao evento, o número de pesquisadores brasileiros presentes à Conferência – quase todos filiados à ECOECO - foi considerado bastante expressivo (cerca de quinze), superando, por exemplo, o número de pesquisadores dos EUA. Com isto, a presença da ECOECO no evento foi bastante visível, e a entidade pôde ser representada pela sua Presidente e membros da Diretoria e Conselho nas sessões e reuniões programadas com a Presidência da ISEE e as demais Sociedades Regionais de Economia Ecológica, que fazem parte do sistema ISEE e estavam presentes à Conferência (da Europa, Canadá, EUA, Austrália/Nova Zelândia, Rússia, Sri Lanka e, em formação, do Japão e África). Entre outras deliberações da assembléia da ISEE Tunísia, decidiu-se que a próxima Conferência Bial da ISEE, em 2004, será realizada no Canadá (em Toronto ou Vancouver – a ser definido). Em conversas mantidas com o Presidente da ISEE, John Proops, relatamos a fase de transição em que se encontrava a nossa sociedade e antecipamos o convite para a sua participação no V Encontro da ECOECO em 2003, o qual foi recebido com entusiasmo. Sobre a Conferência da Tunísia, uma crítica apontada por vários dos colegas brasileiros aí presentes foi em relação à formação das mesas de apresentação de trabalhos, que repetiu o critério já adotado na Conferência da Austrália, pelo qual os brasileiros tendem a ser agrupados nas mesmas sessões. Em se tratando de um evento internacional, o nosso interesse é prioritariamente divulgar e discutir as nossas pesquisas com pesquisadores estrangeiros, uma vez que para a divulgação doméstica dispomos de outros meios. Esse critério tende a dificultar, inclusive, a obtenção de apoio financeiro para participar do evento internacional, pois não se coaduna com as orientações privilegiadas pelos pareceristas das instituições de fomento à pesquisa no Brasil. Faremos essa observação ao Frank Müller, Presidente da Sociedade Regional Canadense, responsável pela organização da próxima Conferência

Bienal da ISEE. Atendendo ao nosso convite, o Conselheiro Clóvis Cavalcanti e Valny Giacomelli Sobrinho relatam, neste Boletim, as suas impressões sobre a Conferência da ISEE Tunísia.

✓ Reunião para o Planejamento Estratégico da ECOECO, realizada nos dias 19 e 20 de abril de 2002, em São Paulo, capital. Participantes:

- Diretoria Executiva: Luciana Togeiro, Luciana Simões, Carmem Varela, Yara Carvalho e João Andrade.

- Representante da Diretoria Regional Norte: Amélia Rodrigues.

- Representante da Diretoria Regional Nordeste: Manuel Osório Viana.

- Representante da Diretoria Regional Sudeste: Paulo Gonzaga de Carvalho.

-Conselheiros: Peter May e Ademar Romeiro.

Essa reunião, estruturada para lidar com as questões existenciais da ECOECO “Quem somos? Para onde vamos? Como vamos?”, foi muito produtiva. Nesta reunião, foram atribuídas funções específicas:

-Gerenciamento da Homepage: Paulo Gonzaga, João Andrade e Luciana Togeiro.

-Tesoureiro: Luciana Togeiro.

-Promotor de Finanças: Amélia Rodrigues e Luciana Simões.

-Comissão Editorial do Boletim da ECOECO (decisão de que não será mais impresso e sim virtual): Yara Carvalho, João Andrade, Luciana Togeiro, Luciana Simões e Carmen Varela.

-Intercâmbio com a ISEE e Sociedades Regionais: Luciana Togeiro e Peter May.

O principal assunto desta reunião foi a busca de fontes alternativas de receitas para garantir a sustentabilidade financeira da entidade. Várias propostas foram sistematizadas (cursos, publicações, sócios institucionais etc.) e identificadas as ações de curto a médio prazo para a sua efetivação, bem como foram designados membros da Diretoria e Conselho como responsáveis pela sua implementação. Essas propostas, uma vez detalhadas, serão apresentadas aos sócios para que também possam fazer as suas sugestões. Encerramos a Reunião do Planejamento Estratégico com o debate sobre “distintas abordagens de economia ecológica”, provocado pela apresentação do tema pelo nosso Conselheiro Ademar Romeiro, e que inspirou alguns dos temas tratados na Seção de Resenhas deste Boletim.

Encerramos aqui, lembrando que estamos superando os problemas enfrentados nessa fase inicial da nossa gestão e ingressando, a partir da divulgação deste Boletim, numa nova etapa, em que o contato regular com os nossos sócios para troca de informações e sugestões será priorizado. Contamos com as contribuições de todos para o sucesso da ECOECO!

Saudações,

Luciana Togeiro de Almeida.
Presidente da ECOECO
Gestão 2002/2003

INDICE:

Carta aos sócios.....	1
Encontros ECOECO:	
IV Encontro	3
V Encontro	3
Relatos VII Congresso ISEE 2002.....	4-5
Encontros Internacionais.....	5
Resenhas:	
Pegada Ecológica.....	6
Nota Breve sobre o Ecomarxismo.....	6-7
Indicadores Sociais no Brasil.....	8
Natural Capitalism.....	9
Diretores da ISEE.....	9
Diretores e Conselheiros ECOECO.....	10

NOVO SITE DA ECOECO:

A ECOECO iniciará o segundo semestre de 2002 com novo endereço e site na internet.

A página virá com novidades. !

O site atual continuará em funcionamento por tempo limitado. Será divulgado um e-mail aos sócios assim que o novo site estiver no “ar”. Aguardem !!!

Chamada de Artigos para a Revista Perspectivas (Ed.Unesp).

A ECOECO, em parceria com a UNESP, está preparando uma Edição Especial sobre o tema: Governança Global e Meio Ambiente. Os textos devem ter de 15 a 20 páginas. Data final para o envio de artigos: 30/08/02. Para maiores informações contatar Luciana Togeiro: ltogeiro@fclar.unesp.br.

O Conselho Editorial: do Boletim é formado por Yara Carvalho, Luciana Togeiro, João Andrade, Luciana Simões e Carmen Varela. Este boletim visa servir como um veículo de divulgação das idéias e conceitos de Economia Ecológica. Estamos abrindo espaço neste Boletim convidando os associados que queiram estar divulgando artigos, resenhas de livros e livros publicados relacionados a temática Economia Ecológica.

Os trabalhos enviados serão avaliados pelo conselho editorial. **Formatação:** Os artigos deverão ter no máximo 1600 caracteres e as resenhas 800, em letra Times New Roman, tamanho 12. As notas de rodapé deverão ser evitadas ao máximo. A bibliografia e sites deverão ser apresentadas ao final do artigo, em ordem alfabética. *Os autores são responsáveis pela exatidão das referências bibliográficas e pelas idéias expressas em seus textos.* Os artigos e resenhas deverão ser enviados, no software WORD 6.0 ou versão posterior, pelo e-mail: ecoeco@nepam.unicamp.br (no “subject” da mensagem devará aparecer: *Boletim ECOECO*).

O IV ENCONTRO BIENAL DA ECOECO

A Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO) realizou o seu IV Encontro Nacional na cidade de Belém, capital do Estado do Pará (norte do Brasil), entre os dias 21-24 de novembro de 2001. O IV ECOECO foi, sem dúvida, um sucesso atribuído em grande medida ao esforço de organização realizado pela nossa Diretora Regional Norte, Maria Amélia Rodrigues. O IV ECOECO contou com cerca de 250 participantes de 16 estados brasileiros, que apresentaram e debateram trabalhos sobre diversos temas, destacando-se o desenvolvimento sustentável da Amazônia, como tema principal. Todos que tiveram a oportunidade de participar deste Encontro saíram motivados a prosseguir seus trabalhos na área, certos de poder contar com um foro apropriado – a ECOECO.

A Conferência de abertura oficial do IV ECOECO sobre o tema “A Economia Ecológica e sua Recente Evolução no Brasil” foi proferida por Peter May, Conselheiro, também Fundador e Primeiro Presidente da ECOECO, que apresentou um rico panorama sobre as discussões teóricas nesta área e a sua crescente difusão no Brasil, ressaltando um aspecto importante da ECOECO (conforme a orientação da ISEE) que é a sua abertura para a interdisciplinaridade, incorporando profissionais de diversas áreas do conhecimento. A Programação do IV ECOECO proporcionou aos participantes:

1. Mini-Cursos (4 horas de duração cada), cujos temas foram: “Introdução à Economia Ecológica”; “Instrumentos Econômicos para a Gestão Ambiental”; “Comércio e Meio Ambiente”; “Uso Econômico Sustentável dos Recursos da Amazônia”.
2. Sessões de Apresentação de Trabalhos, organizadas por temas: “Economia Ecológica: Teoria, Metodologia e Análises de Casos”; “Macroeconomia do Meio Ambiente”; “Instrumentos Econômicos e Políticas Públicas para a Gestão Ambiental”; “Gestão ambiental, Comunidade e Meio Ambiente: gestão local, parcerias e participação das empresas e da sociedade civil”; “Desenvolvimento Sustentável na Amazônia e Políticas Regionais”. Foram apresentados cerca de 40 artigos.
3. Sessões Plenárias sobre: “Desmatamento na Amazônia” (teve ampla divulgação na imprensa local e nacional); “Fundos alternativos para projetos sustentáveis”; “Gestão ambiental e economia ecológica”.
4. Painéis (exposição de trabalhos).
5. Visita Técnica à Cooperativa Agroindustrial formada por famílias que manejam e beneficiam açaí para produção de polpa no município de Igarapé-Miri, distante aproximadamente 150 km de Belém. Essa cooperativa é

apoiada pelo Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA), do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA), que oferece apoio à capacitação técnica, gerencial e mercadológica da cooperativa.

6. Assembléia da ECOECO. Momento do Encontro em que os associados discutiram os rumos da ECOECO, traçando planos e tomando as deliberações necessárias. Na assembléia foi eleita uma nova diretoria para o biênio 2002–2003. Na Presidência da ECOECO, Luciana Togeiro de Almeida sucedeu Maurício Amazonas, que segue colaborando com a sociedade, participando na diretoria executiva da ECOECO. A formação completa da Diretoria e Conselho da ECOECO consta no Quadro da página 10 deste boletim.

V ENCONTRO da ECOECO

A Sociedade Brasileira de Economia Ecológica está iniciando o planejamento dos V Encontro da ECOECO que deverá ocorrer no mês de setembro de 2003. Na oportunidade teremos a realização de sessões conjuntas da ECOECO com a Associação Argentina Uruguaia de Economia Ecológica-ASAUEE, para aprofundar o intercâmbio entre estas Instituições.

Para o V Encontro, estamos solicitando sugestões dos associados da ECOECO para definir o tema guia do encontro. Neste sentido, pedimos que sejam enviadas sugestões de novos temas ou comentários sobre os já sugeridos, para orientar a comissão organizadora de forma que a programação contemple o mais amplo leque de interesse dos associados.

Os temas sugeridos até o momento foram:

- Utilização de Instrumentos Econômicos nas Políticas Ambientais;
- Agroecologia e desenvolvimento local;
- Negociações Ambientais no Contexto da Criação da ALCA
- Créditos de Carbono e o Protocolo de Kyoto

Solicitamos aos associados que participem, enviando seus comentários e sugestões, para que possamos fazer um encontro pautado pelos interesses da maioria. Nos encontramos em setembro de 2003.

Percy Baptista Soares Neto
Diretor do Núcleo Sul da ECOECO
E-mail: v_ecoeco@terra.com.br

Relatos da ISEE 2002: VII Congresso da International Society for Ecological Economics Sousse - Tunísia

Por Clóvis Cavalcanti
Fundação Joaquim Nabuco, Recife – PE.
E-mail: clovati@fundaj.gov.br

Como participante de todas as reuniões bienais da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE), acredito que os objetivos da sétima, realizada em Sousse no mês de março (dias 6-9) passado, tenham sido satisfatoriamente cumpridos. Para mim, a melhor das conferências realizadas, quer em termos de organização, quer quanto à qualidade do evento, foi a terceira, de San José da Costa Rica (24-28 de outubro de 1994), cujo tema foi “Down to Earth: Practical Applications of Ecological Economics”. Como pior da série, classifico a de Canberra, na Austrália, em torno do tópico “People and Nature” (2-5 de julho de 2000). A de Sousse fica a meio caminho dessas duas, talvez prejudicada por se realizar em um hotel de turismo de massa do Mediterrâneo. A outra conferência da ISEE em hotel foi a da Costa Rica, mas aí cuidou-se de que a ocupação do estabelecimento fosse só de participantes do encontro (onde encontrei gente até do Bhutan). Além do mais, quem estava no programa compareceu, o que não foi o caso em Sousse, com muitos no-show, inclusive vários brasileiros previstos. A propósito, temos que pensar melhor quanto a nossa representação nas futuras conferências da ISEE, encontrando formas de financiamento para, pelo menos, aqueles que não conseguirem apoio por seus próprios meios. Até a Costa Rica, sempre viajei com passagens e hospedagem da ISEE (em San José só tive passagens). Conte para ir a Tunísia com o apoio do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), através de seu programa de cooperação Sul-Sul; nos outros casos, a Ford e o CNPq me financiaram. Senti falta em Sousse de presença maior de pessoas da África e países árabes. Do mesmo modo, foram pouquíssimos os latino-americanos. Só um argentino, por exemplo (Silvio Funtowicz), assim mesmo residente na Itália. Boa foi a representação dos paraenses, inclusive Amélia Rodrigues, da diretoria da ECOECO. No todo, a conferência foi dominada pelos europeus, com alguma presença americana e canadense. Senti falta de Herman Daly e Robert Costanza, que tampouco foram a Canberra (Costanza e Richard Norgaard tiveram problemas de relacionamento em decorrência de suas respectivas formas de conduzir a ISEE). Ainda acho que a força dos economistas seja preponderante nas conferências de economia ecológica. Isso se patenteou em Sousse, pelo menos na minha ótica (eu, que sou economista de origem). Precisamos de mais biologia, de mais antropologia, de mais física. Afinal, como ouvi do geneticista Genaro Ribeiro de Paiva (da Embrapa), sustentabilidade é um processo biológico. E que envolve gente e transformação de matéria e energia.

Uma lacuna de Sousse foi a do relacionamento com a comunidade local. Nas sessões a que compareci (5 plenárias e 6 sessões paralelas), encontrei pouca gente da

Tunísia e raríssimos estudantes. Na sessão que presidi (em uma outra apresentei paper e fiz parte de uma mesa-redonda), apresentou-se um economista tunisino, da Université du Centre (Sousse), M. Smida. Falou em francês (sorte minha, pois falo a língua) para um público de 12 pessoas, que incluía somente dois outros tunisinos e um francês. Gostei muito da sessão onde falei, presidida por Peter Söderbaum, na qual havia mais de 40 pessoas e que teve outro paper-giver na pessoa do canadense Frank Müller, também presidente da Eco-Eco da América do Norte. De modo geral, achei interessantes as contribuições por mim ouvidas nos encontros da conferência, que incluíram até uma discussão sobre democracia direta (bem apresentada por dois suíços) e sobre o uso de mais de uma língua em reuniões científicas (pessoalmente, acho que sim). Enfim, minha impressão foi a de que a VII Conferência Bienal da Sociedade Internacional de Economia Ecológica, sobre o tema “Meio Ambiente e Desenvolvimento”, permitiu a necessária troca de informações entre os participantes, reuniu número considerável de pessoas, manteve acesa a chama que une os integrantes do grupo de economistas ecológicos e cumpriu seus propósitos básicos. Faltou-lhe, porém, a necessária dose dos problemas dos países menos desenvolvidos e de culturas não-ocidentais, e a presença mais destacada de estudantes.

Por Valny Giacomelli Sobrinho
Prof. Assistente do Dep. de Ciências Econômicas
nycogs@hotmail.com

Há quase meio século, em Berkeley, Califórnia, Thomas S. Kuhn entraria para a história da ciência por ocupar-se do “modo pelo qual as anomalias ou violações de expectativa atraem a crescente atenção de uma comunidade científica (...)” (Kuhn, 1962, p. 14). Esse professor de Física Teórica estava preocupado em explicar a natureza — ou, como ele denominou, a estrutura — das “revoluções científicas”, que emergiam das crises resultantes de tentativas frustradas de corrigir ou ajustar algum paradigma deficiente.

Particularmente, a imagem que fica da 7ª Conferência Bienal da ISEE, realizada em março último, em Sousse, Tunísia, é a de que a ciência econômica realmente experimenta uma revolução, no sentido de Kuhn. Reconhecidamente hoje, mesmo os mais resistentes pensadores da “mainstream” econômica admitem que não é mais possível ignorar a onipresença do meio ambiente em qualquer atividade produtiva. Isso é uma mudança e tanto, se se considerar que nos tempos clássicos da ciência econômica pensadores como Jean-Baptiste Say ofereciam como exemplo de bem livre, não-econômico (portanto infinitamente abundante), recursos como a água potável! Na Tunísia, apesar de considerada o oásis do Saara, nem era preciso entender de economia para verificar o absurdo dessa proposição.

Mas, se isso é certo em termos empíricos, o

que se percebeu na Tunísia, teoricamente, é que o ajuste que os economistas neoclássicos têm oferecido às anomalias ambientais não tem sido suficiente. As repetidas tentativas dos economistas ambientais (environmental economists) de redimensionar as demandas ambientais têm-se revelado precariamente eficazes, porquanto ainda presas ao seu velho reducionismo monetarista. Mais uma vez — e talvez ainda com maior ênfase —, a mensagem dos economistas ecológicos (ecological economists) foi bem clara: é preciso recorrer a outros critérios, que não o exclusivamente monetário, para equacionar economicamente os problemas ambientais. Uma análise multicriterial, que inclua, dentre outros, indicadores físicos de sustentabilidade, faz-se indispensável. Como ressaltou John Proops, presidente em exercício da ISEE, na sessão plenária de encerramento, não se trata de uma sugestão leviana, mas, ao contrário, de uma proposição autorizada, evoluída de um novo paradigma, a Economia Ecológica, que já demonstra ter atingido a maturidade.

A ressalva do Prof. John Proops tampouco é meramente retórica. A maturidade a que ele se referiu pôde ser de fato constatada na qualidade dos trabalhos apresentados. Apesar de sua concomitância e variedade, foi possível assistir a um bom número deles, onde se pôde verificar, acima de tudo, a preocupação com o rigor científico e com a aplicação de uma metodologia que, embora em muitos aspectos instrumentais semelhante, se destina a fins diversos daqueles propostos pelo paradigma tradicional. O ponto negativo, no que diz respeito às exposições, foi a ausência de muitos expositores que constavam na programação. Desse modo, a audiência ficou prejudicada. Como vários temas atraentes eram apresentados ao mesmo tempo, era preciso hierarquizá-los, preterindo alguns em favor de outros. A ausência de muitos expositores, no entanto, acabou comprometendo o melhor aproveitamento das escolhas. Do mesmo modo, algumas sessões plenárias foram proveitosas, enquanto outras — como a sessão de abertura — cumpriam meramente uma função política, desprovidas de qualquer interesse acadêmico ou científico. Em menor medida, uma ou outra sessão plenária também se prestou a esse fim mais político, embora com algum interesse acadêmico, associado, contudo, à economia ambiental em vez de à economia ecológica.

Por outro lado, há que se destacar toda a infraestrutura e facilidades à disposição dos participantes, em especial traslados e hospedagem, incluindo-se aí alimentação. Além disso, não se pode esquecer a significação, expressão, projeção e história científicas da maioria dos conferencistas e moderadores presentes. Por fim, é louvável a tentativa dos organizadores de introduzir uma língua latina — no caso, o francês — como outro idioma — além do inglês — oficial do evento. De um ponto de vista político, é uma forma de começar a fazer ver aos nativos do monopólio filológico anglo-saxônico o esforço adicional que a expressão de idéias complexas em outro idioma requer. De um ponto de vista prático, contudo, ainda é difícil avaliar os efeitos dessa política.

Eventos:

SEMANA IBEROAMERICANA SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE:

CONGRESSO IBEROAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE. “Desafios locais face à
globalização”.

e

CURSO AVANÇADO
“Desenvolvimento e Meio Ambiente na Ibero
América”.

Datas:

6 e 7 de novembro de 2002. - Curso Avançado
8 e 9 de novembro de 2002 - Congresso

Local: Faculdade Latino Americana de
Ciências Sociais – FLACSO, Equador

Maiores informações : [www.flacso.org.ec/
cidma.html](http://www.flacso.org.ec/cidma.html)
e-mail: cidma@flacso.org.ec

ANZSEE 2002 Conference

A Sociedade Australiana- Neo
Zeolandesa de Economia Ecológica convida
para seu Encontro Bianual.

Strategies into Action:
Regional and Industry Policy Applications
of Ecologically Sustainable Development

Data: 2-4 Dezembro de 2002
Local: University of Technology, Sydney
(Broadway campus)
Australia

Maiores informações sobre programação e
chamada de artigos acesse: [http://
incres.anu.edu.au/ANZEE2002html](http://incres.anu.edu.au/ANZEE2002html)

RESENHAS:

PEGADA ECOLÓGICA

Manuel Osório de Lima Viana
Prodema/UFC
osorio@roadnet.com.br

A Pegada Ecológica (PE) é um interessante indicador de sustentabilidade, cujo uso está sendo largamente difundido. Sua concepção é simples e intuitiva, característica recomendada, por exemplo, para indicadores de comunidades sustentáveis. Uma sociedade humana (população) vive em um território (hectares); com o uso de coeficientes técnicos, procura-se transformar todos os seus consumos em hectares de terra produtiva per capita. Compara-se, enfim, este resultado da PE com o inverso da densidade demográfica, nas mesmas unidades de medida. Tal população pode estar consumindo mais meio ambiente do que aquele de que dispõe.

Para seus utilizadores, a PE fornece a mais completa comparação entre a demanda e a oferta de recursos da natureza, todavia os resultados são mais viáveis e precisos quando calculados para países, pela existência de melhores estatísticas de exportação e importação. No entanto, são encontrados, na Internet, exercícios didáticos até para uma pessoa calcular sua própria pegada e verificar se está sendo irresponsável no uso do ambiente.

Os principais consumos são distribuídos em tópicos como os seguintes: alimentos (áreas para a criação de animais e peixes, cultivos); bens e serviços (eletrodomésticos, vestuários, computadores, móveis, água, esgotos, educação, saúde, finanças, turismo, gastos militares, governo); transportes (uso de bicicletas, ônibus, trens, automóveis, aviões); moradia (tamanho da residência, espaço construído, energia para a operação); energia (fonte de energia e seu consumo); localização e clima (rural x urbano, quente x frio); práticas “verdes” (reciclagem, compostagem, redução do consumo); trabalho e renda (ineficiências); poluição e tóxicos (a PE trata de sustentabilidade, logo, orienta-se para a eliminação de atividades insustentáveis).

Os criadores da Pegada Ecológica, William Rees e Mathias Wackernagel, calcularam, para a região onde está Vancouver (Lower Fraser Basin), uma PE de 4,8 ha per capita, indicando que sua população necessitava de 20 vezes mais terra do que a disponível. Naturalmente, assim ocorre com cidades densamente povoadas (numa espécie de deseconomia de aglomeração), por isso sua estimativa me parece mais correta para áreas maiores, como foi sugerido no início. O fato é que, se todas as pessoas da Terra tivessem o padrão de vida do norte-americano médio, teríamos necessidade de, pelo menos, três planetas Terra para fornecer-nos materiais e energia. A PE dos Países Baixos (3.32 ha/pessoa) é 15 vezes maior do que o inverso de sua densidade demográfica; estão, pois, consumindo recursos do resto do mundo. A Índia é 0,38 ha per capita; todavia, uma baixa pegada não significa necessariamente uma baixa qualidade de vida. Assim é que seu estado meridional de Kérala, com uma renda per capita de um dólar por dia, tem esperança

de vida, mortalidade infantil e analfabetismo semelhantes aos dos países industrializados. Em suma, não é apenas um indicador (como o famoso PIBpc) que é capaz de resumir com perfeição uma realidade, uma economia, uma sociedade. A Pegada Ecológica parece ser um indicador muito útil e, se necessário, não suficiente. Uma rápida indicação bibliográfica seria:

- 1-Wackernagel, M. e Rees, W. Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth. Gabriola Island, BC: New Society Publishers, 1996. 160 p
- 2-Rees, W. Revisiting Carrying Capacity: Area-Based Indicators of Sustainability. <http://dieoff.org><http://www.lead.org/leadnet/footprint>
<http://www.earthday.net/footprint.stm>
- 3-Feitosa Leite, A.M. Análise da Sustentabilidade de Sócio-ecossistemas Urbanos através da Pegada Ecológica: Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. Dissertação defendida em 30.11.2001. UFC.PR-PPG.PRODEMA. Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

NOTA BREVE SOBRE O ECOMARXISMO

Manuel Osório de Lima Viana

Primeira história: o conhecido economista ecológico-político Joan Martinez-Alier relata que um médico russo, de nome Podolinsky, apresentou a Marx um ensaio em que integrava categorias científicas da Biologia e da Economia. Engels, conhecedor das ciências da natureza, encarregou-se da leitura do texto, o qual, muito elogiado, foi finalmente devolvido ao autor sob a asserção de que não se tratava de Economia. Perdera o Marxismo a grande oportunidade de já haver nascido como uma Economia Ecológica. São, pois, injustos os ambientalistas quando só detratam os economistas neoclássicos; estes, como os clássicos, os marxistas, os keynesianos, os estruturalistas, todos em suma, se trataram da questão ambiental, o foi a “vol d’oiseau”.

Segunda história: quem escreve esta Nota Breve participou, há anos, da primeira turma brasileira do Programa LEAD (Lideranças para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável) patrocinado pela Fundação Rockefeller, junto à ABDL. Como economista convencional, pós-graduado em Desenvolvimento Agrícola, ia se abeberar nas idéias e na ideologia do Desenvolvimento Sustentável (DS). Algo, então, me preocupou: assim como o Garrincha, em sua sábia ingenuidade, perguntara ao Técnico se este havia combinado aquelas certeiras táticas com o time adversário; eu perguntava se as Nações Unidas, ou a Sra. Brundtland ou a Fundação Rockefeller haviam recebido, para o DS, o “de acordo” das grandes transnacionais que governam o capitalismo global.

Ou seja, no mesmo esquema da Economia tradicional, os ecodesenvolvimentistas não introduziam em suas análises a categoria fundamental do Poder. Como vão os economistas ecológicos enfrentar os enormes po-

deres econômicos que dominam o mundo? Que força têm os ambientalistas e mesmo a sociedade civil frente ao moderno capital oligopólico e financeiro? Qual a nossa Teoria do Poder? Estaria o LEAD, mesmo inadvertidamente, tentando transmitir-me uma ideologia angelista, inocente útil?

Marx, como só acontece aos gênios, antecipou-se a seu tempo: o fulcro de sua obra é transdisciplinar, pelo menos no que concerne às Ciências Sociais. Sua Economia, se não considerou a Biologia, não desconhece o Poder. Assim, a Economia Ecológica pode dele haurir inspirações que a defendam da alienação política. Todavia, os marxistas tinham receio do ambientalismo, por temer que a luta de classes ficasse em segundo plano. Mas, a derrocada do “socialismo real” incitou-os, enfim, a pegar a bandeira do ambientalismo.

Autores marxistas passaram, em anos recentes, a dar sua contribuição à Economia Ecológica. Entre os que mais avançaram neste sentido está o grupo da revista CNS (Capitalism, Nature, and Socialism), em torno de James O'Connor, da Universidade da Califórnia, em Santa Cruz. Na análise do Capitalismo, Marx concebera a categoria teórica do Modo de Produção (MP), com seus dois componentes: as Forças Produtivas (FP; Tecnologia) e as Relações de Produção (RP; Poder). Se as duas, em determinado período, se apóiam, o próprio desenvolvimento das FPs põe-nas, a seguir, em oposição às RPs. Eis a Primeira Contradição do Capitalismo, que gera crises, superprodução de capital e nova reestruturação. O'Connor apresentou a tese da Segunda Contradição do Capitalismo, quando FPs+RPs se opõem às Condições da Produção (CP; Natureza), gerando crises, subprodução de capital e, também, nova reestruturação. Isto traria luz, por exemplo, para modernos declínios em movimentos trabalhistas e surgimentos de “novos movimentos sociais” (ambientalismo). Em suma, a sociedade capitalista declara uma guerra suicida contra a natureza.

É óbvio que a presente Nota é brevíssima e não faz jus à densidade dos pensamentos marxista e eco-marxista. Tem o sentido de apenas chamar a atenção dos economistas ecológico-políticos para um filão que merece ser minerado e aprofundado, pois não tende à exaustão (e provavelmente não gera poluição.). Resta-me indicar uma bibliografia muito sumária para os interessados. No Brasil, registro a boa síntese contida na tese de Gilberto Montibeller-Filho, que analisa o conceito de desenvolvimento sustentável sob a ótica das três escolas: neoclássica, economia ecológica e ecomarxismo, apresentando boas referências bibliográficas.

1-Montibeller-Filho, G. O Mito do Desenvolvimento Sustentável. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. 306p.

2-O'Connor, J. Natural Causes: Essays in Ecological Marxism. New York/London: The Guilford Press, 1998. 350 p.

3-Burkett, P. Marx and Nature: a Red and Green Perspective. New York: St. Martin's Press, 1999. 312 p.

2.CNS: <http://gate.cruzio.com/~cns>

RESENHAS DE LIVROS:

INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL – Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações.

Paulo Jannuzzi. Ed. Alínea, Campinas, 2000

Já é lugar comum dizer-se que um determinado livro ou estudo veio “cobrir uma lacuna” ou “fazia falta”, mas não há como fugir destas colocações com relação ao mais que oportuno livro de Paulo Jannuzzi (Economista/SEADE). É quase um “ovo de Colombo”! O livro se propõe, basicamente, a explicar o que é um indicador social, seus tipos e propriedades, suas fontes de dados e também o significado e uso dos mais importantes, numa linguagem inteligível para leigos no assunto. Simples, sem ser simplista, e muito útil. Por que ninguém pensou (e fez) isso antes? O que mais me espanta não é que este livro tenha custado tanto a aparecer e sim, por que até hoje não existe um similar para Indicadores Econômicos. Não vou nem falar de indicadores ambientais, pois aí já seria “querer demais” (embora exista algo próximo a isso, com a publicação Geo cidades do Iser-Ibam-Redeh).

Outro mérito deste livro é que é, de certa forma, um “três em um”, pois como as áreas se interpenetram, muitos indicadores sociais são também econômicos e ambientais/de sustentabilidade. A taxa de desocupação (também conhecida como taxa de desemprego), por exemplo, é ao mesmo tempo um indicador econômico, social e de sustentabilidade. Isso só aumenta a utilidade do trabalho de Jannuzzi.

Citando o próprio autor “atualmente, taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, nível de desemprego, grau de indigência e pobreza, Índice de Desenvolvimento Humano são conceitos corriqueiramente citados nos jornais, na mídia eletrônica, nos debates políticos” (p. 11). Mas o que significam exatamente? Por que são considerados indicadores sociais? Para que servem? Jannuzzi responde a estas questões.

Um indicador surge de uma necessidade de quantificar ou operacionalizar algo com significado social substantivo para a teoria ou para a política pública. Portanto o ponto de partida para a construção de um indicador é uma demanda da teoria ou da política. Há várias formas de quantificar ou operacionalizar este conceito, portanto deve-se adotar a opção que gere um indicador com o maior número possível de propriedades desejáveis que são: relevância social, validade, confiabilidade, cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade. Talvez a parte mais interessante do livro seja a discussão da importância destas propriedades.

Um bom exemplo de um mau indicador são os índices de criminalidade do Rio de Janeiro. Com a mudança do governador, os indicadores de criminalidade foram revistos (e muito) para cima. Sem entrar no mérito de quem tem a razão, fica claro que, no momento, estes indicadores apesar de terem grande relevância social não tem confiabilidade (pois esta depende do grau de

confiança no governador/partido no poder), sensibilidade (a não ser à mudança de governo) e historicidade (não é possível manter uma série histórica consistente devido às profundas mudanças metodológicas), só para ficar em algumas das propriedades.

Outra questão de grande relevância apresentada no livro são os diferentes tipos/classificações de indicadores, que podem ser: simples/compostos; descritivo/normativo; qualitativo/quantitativo; objetivo/subjetivo; insumo/fluxo/produto; esforço/resultados; performance/estoque; eficiência/eficácia/efetividade social; absoluto/relativo. Dando alguns exemplos: o IDH é um indicador composto, pois é uma média ponderada de outros indicadores; número de médicos é um indicador de insumo, o número de consultas médicas é de fluxo e a queda da mortalidade e morbidade são de produto/resultado.

Como já mencionado há também uma exposição sobre as características das principais fontes de dados – Censos (ex: demográfico), pesquisas amostrais (ex: PNAD), registros administrativos (ex: RAIS) e dos principais indicadores nas áreas de demografia, saúde, educação, cultura, mercado de trabalho, renda e pobreza, habitacionais e de infra-estrutura urbana, qualidade de vida e meio ambiente, políticas-sociais e de opinião pública, de desenvolvimento e pobreza humanos. Ao todo mais de sessenta indicadores são analisados no que têm de essencial sem detalhamentos excessivos.

A única limitação do livro é ser pequeno (141 páginas), com mais espaço vários pontos poderiam ser tratados com mais profundidade e outros acrescentados. Na primeira categoria ficam os indicadores (estritamente) ambientais (ex taxa de desmatamento, nível de contaminação do solo e da água) que são muito pouco desenvolvidos dado o exíguo espaço que lhes cabem (uma página e meia). Faltam também exemplos de aplicações, mostrando na prática como se usam os indicadores na pesquisa acadêmica e nas políticas públicas. Também poderia-se ter dado mais espaço para a discussão conceitual do início do livro. Seria interessante, por exemplo, discutir a diferença entre evento, informação, estatística e indicador. Mas nada disso tira o grande mérito do livro que é de leitura obrigatória para todos os interessados no tema indicador social ou em qualquer tipo de indicador.

Em tempo, as epígrafes dos capítulos são ótimas, ex: “dados torturados confessam” “uma cifra estatística isolada é como um poste com luz queimada: pode servir como apoio mas sozinha não ilumina nada”. A bibliografia comentada, o glossário e os (muitos) sites citados são muito úteis. O livro Indicadores Sociais no Brasil – Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações de Paulo Jannuzzi, foi editado em 2001 e é da Alínea Editora que fica em Campinas – SP tel (019) 32329340/2319. www.atomoelinea.com.br. Infelizmente não é um livro muito fácil de achar, mesmo em livrarias especializadas.

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho-IBGE
pgmcarvalho@openlink.com.br

NATURAL CAPITALISM. Creating the next industrial revolution.

P.Hawken, A. Lovins and L. Hunter Lovins
Little, Brown and Company, NY. 1999.

O trabalho destaca como ponto de partida o que seria um fato irrefutável: depois de séculos de natureza abundante, marcados pelo aumento da produtividade do trabalho, pela liquidação dos recursos naturais não renováveis com base em seu custo de extração e não com base em seu custo de substituição e pela exploração dos recursos renováveis como se eles fossem gratuitos e se renovassem indefinidamente, a situação se inverteu: natureza se tornou escassa frente à população e seu nível de consumo.

Seus pressupostos são os mesmos da economia ecológica no que diz respeito à relação entre capital natural e capital construído, vista como complementar, e ao papel da valoração monetária dos recursos ambientais, vista como necessária mas insuficiente, dadas suas limitações, para induzir as necessárias mudanças.

O capitalismo natural, em relação ao capitalismo convencional atual, terá quatro características fundamentais: a-) altíssima produtividade no uso dos recursos naturais; b-) sistemas produtivos baseados na mimetização de processos biológicos (biomimicry) que eliminam e/ou reciclam resíduos; c-) forte ênfase no investimento em capital natural (renovável) de modo que a biosfera possa produzir mais abundantemente serviços ecossistêmicos e recursos naturais de modo sustentável; d-) mudança nos padrões de consumo caracterizando uma economia de serviços e de fluxos (service and flow economy), onde a quantidade de bens materiais deixa de ser a medida do bem estar em benefício de bens imateriais. m relação à primeira destas características, os autores consideram que a dinâmica do mercado já vem induzindo as firmas no sentido de inovações poupadoras de recursos naturais e de energia pela possibilidade de ganho que oferecem (tecnologias duplo-ganhadoras). No entanto, este processo só não é mais rápido e amplo porque os governos ainda continuam a promover políticas econômicas que vão praticamente no sentido oposto, isto é, no de incentivar o uso pouco eficiente dos recursos naturais. Para os países em desenvolvimento estas inovações não somente os livraria de seguir o mesmo caminho de desperdício dos países desenvolvidos, como ampliariam a eficácia dos investimentos.

A segunda característica se refere precisamente às novas trajetórias tecnológicas responsáveis pela elevação acentuada da produtividade no uso dos recursos naturais. Mesmo sem a estrutura adequada de incentivos por parte das políticas públicas, a escassez crescente de recursos naturais vem induzindo inovadores a desenvolver novos métodos produtivos que minimizam o uso de insumos materiais e energéticos replicando métodos naturais de produção e engenharia: transformações a baixas temperatura e pressão, reações enzimáticas, técnicas de montagem movidas a energia solar, manejo da biodiversidade em sistemas agropecuários, etc.

Em relação à terceira, os autores consideram que já existe uma clara percepção da urgência em se investir em capital natural. Esta percepção decorre de uma série de problemas ambientais, que antes eram ignorados, mas que passaram a ter impactos não apenas nos custos dos negócios (por exemplo, a elevação dos custos de seguros relacionados a riscos climáticos), como também nas condições de vida de milhões de pessoas: desertificação, salinização, escassez de água, redução dos estoques pesqueiros, etc. Neste ultimo caso, vale

mencionar a percepção nos países ricos de que estes problemas que atingem principalmente países pobres, podem indiretamente atingi-los também ao se compor com os conflitos regionais gerando um agravamento das pressões imigratórias de grandes massas desesperadas.

Para todas estas três características, o trabalho apresenta abundantes e documentadas informações as quais, sem dúvida, oferecem um importante material para a reflexão. Entretanto, do ponto de vista teórico, a descrição da dinâmica de inovações que tem induzido esta mudança se encaixa perfeitamente na visão da economia ambiental neoclássica: os problemas ambientais serão progressivamente solucionados à medida em que a escassez crescente de bens e serviços ambientais induz a introdução de inovações destinadas a poupá-los (supondo, é claro, que os problemas de incerteza e de risco de perdas irreversíveis não são relevantes).

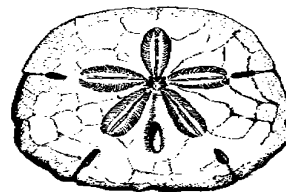
A quarta característica difere das demais no sentido de que ela pressupõe uma mudança substancial de valores culturais. A definição de economia de serviços usada para definir esta característica é distinta daquela, convencional, onde trabalhadores do setor terciário se tornam muito mais numerosos do que os trabalhadores do setor secundário. Nesta nova economia de serviços os produtores deixam de ver eles próprios como vendedores de produtos para se verem como fornecedores de serviços proporcionados por produtos e longa durabilidade, reparáveis e atualizáveis. Em vez de comprar um carro o consumidor alugaria, tal como na fotocópia de documentos, um serviço de transporte individual. Caberia ao produtor a responsabilidade pela disposição final do bem, o que estimularia a concepção de produtos mais facilmente recicláveis.

Este paradigma de produção e de consumo teria também outras vantagens: reduziria o desemprego e o consumo de energia e teria efeito contra-cíclico. No primeiro caso porque na indústria 1/4 dos trabalhadores são empregados na produção de insumos básicos (aço, cimento, etc.) contra 3/4 na sua transformação industrial. Em relação à energia, o contrário acontece, com a produção de insumos básicos consumindo 3/4 do total contra 1/4 na fase da transformação industrial. Portanto, a re-utilização e a produção de bens mais duráveis (reparáveis e atualizáveis), geram mais empregos e consomem menos energia.

No segundo caso, porque os consumidores estariam comprando fluxos de serviços, que eles precisam continuamente, em vez de equipamentos que eles podem comprar somente em períodos favoráveis. Desse modo, os provedores de serviços teriam um incentivo para manter seus ativos produtivos o maior tempo possível em vez de forçá-los à obsolescência prematura desaparecendo, desse modo, o problema de sobre-capacidade de produção.

Não fica claro, entretanto, por quais caminhos se operaria tamanha transformação na atual lógica de produção e de consumo. Aparentemente seria o mesmo fator de indução que explica a evolução em direção às três primeiras características: a escassez crescente de bens e serviços ambientais. Desse modo, a evolução para um sistema econômico sem desemprego e sustentável ecologicamente seria induzida, "naturalmente", pela mudança na disponibilidade relativa de fatores (trabalho e capital natural) faltando apenas, para acelerar e ampliar este processo, a implementação de políticas que eliminem as distorções ainda presentes nas estruturas de incentivo das atividades econômicas da maioria dos países, mas que já começaram a ser implementadas em alguns deles.

Ademar Romeiro - Embrapa/I.Econ.-Unicamp
ademar@eco.unicamp.br



ISEE BOARD

Presidentes

Presidente: John Proops Keele University (UK)

Presid. eleito: Charles Perrings University of York(UK)

Presid.da gestão anterior: Richard Noorgard

Diretores:

Jonathan Harris Tuffs University(U.S.A)

Katrina Brown University of East Anglia(UK)

Paula Antunes Nova. Univ. de Lisboa (Port.)

Kancha Chopra Delhi University (India)

Maiores detalhes consulte o site da ISEE : www.ecoeco.org

FILIAÇÃO ECO-ECO/ISEE 2002

A Diretoria da International Society of Ecological Economics - ISEE definiu uma nova política de filiação, segundo a qual os sócios dos Sociedades Regionais dos países em desenvolvimento serão, a partir de 2001, sócios automaticamente da ISEE (veja as vantagens de se associar pelo site <http://www.ecoeco.org>), sem que isto represente algum tipo de encargo adicional. Com isto, os filiados a ECO-ECO estarão automaticamente filiados a ISEE para o ano de 2002. **IMPORTANTE:** A filiação dupla será válida para os cadastros atualizados no ano de **2002**. O Prazo para atualização será até 30/06/02.

Vale lembrar, que este acordo não tem validade para a assinatura da Revista Ecological Economics, a qual deve ser paga a parte. Para maiores informações sobre assinatura da revista consulte o site: www.ecoeco.org

Não deixe de fazer ou atualizar sua filiação de 2002 pelo site da ECO-ECO (www.eco.unicamp.br/ecoeco). Em 2002 sua anuidade vale por duas!!

DIRETORIA EXECUTIVA 2002/2003

Luciana Togeiro de Almeida (Presidente)	Dep.Economia UNESP/Araraquara
Luciana Simões(Vice-Presidente)	SENAC/Gestão Ambiental
Maurício Carvalho Amazonas	Secretaria de Des.Susten./MMA
Alpina Begossi	NEPAM- UNICAMP
Carmen Varela	Mackenzie, FGV-SP
Yara M.Chagas de Carvalho	Instituto de Economia Agrícola-SP

NÚCLEOS REGIONAIS**Diretoria Núcleo Nordeste**

<i>Manuel Osório Viana</i>	UFCE
José Lamartine Távora	PIMES/UFPE
Jacques Ribemboim	UFPE
Maria Cecília Lustosa	UFAL
Jaildo S. Pereira	SRH-BA

Diretoria Núcleo Norte

<i>M. Amélia Rodrigues da Silva</i>	UFPA
Mário Amin	IMAZON
Luciano M.Matos	IPAM
Ricardo Vilhena	SETEC-AP/IG-UNICAMP

Diretoria Núcleo Sudeste

<i>Paulo Gonzaga</i>	IBGE-RJ
Carlos E. Young	Inst. de Econ/ UFRJ
Marcelo Firpo Porto	FIOCRUZ
Celso Sekiguchi	Inst.Econ/UNICAMP ; ERM

Diretoria Núcleo Sul

<i>Percy Soares Neto</i>	Instituto Anthropolos
Eugênio Cánepa	CIENTEC
Amália Godoy	Univ. Estadual de Maringá
Wilson Loureiro	Inst.Amb. do Paraná

Os Conselheiros regionais, que aparecem na forma Itálica, são os representantes de suas respectivas diretorias.

CONSELHO CONSULTIVO E FISCAL

**Peter H. May (Presidente)	UFRRJ
**Clóvis Cavalcanti	Fundação Joaquim Nabuco
Ronaldo Serôa da Motta	IPEA
**Ademar R. Romeiro	I.E-UNICAMP
Maurício Tomasquim	COPPE-UFRJ
**José Eli da Veiga	PROCAM ; FEA- USP
Philip Fearnside	INPA
Juan Baldález Hoyos	UFPA/NUMA
Paulo Freire Vieira	UFSC
Pedro Jacobi	PROCAM-USP

*Informamos que o Diretor Marcelo Firpo se encontra afastado, fazendo pós - doutorado em Frankfurt

**Conselheiros designados para emitir parecer sobre a prestação de contas anual da ECOECO